

crime organizado é prioridade da PF

Perfil



Alessandro Maciel Lopes, 53 anos, é natural de Santana do Livramento, onde atuou de 2007 a 2018. Depois foi chefe do Núcleo de Inteligência Policial e da Representação Regional da Interpol (Polícia Internacional) no Rio Grande do Sul (2018-2019), corregedor regional (2019), delegado regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado (2019-2021) e delegado regional executivo na superintendência gaúcha (2021-2023). Lopes ingressou na Polícia Federal em meados dos anos 2000 e, ao longo de sua trajetória, atuou como delegado na Delegacia da Polícia Federal em Santana

do Livramento, onde também chegou a exercer a chefia entre 2010 e 2018, coordenando operações como Salamanca, Comodoro e Mercador. Além de policial, Lopes foi professor de Direito na Universidade da Região da Campanha (Urcamp), entre 2008 e 2018, e atua como professor na Academia Nacional de Polícia e em cursos de pós-graduação. Durante seis anos trabalhou na extinta companhia aérea Vasp. Com um grupo de amigos comandou um programa de rock na rádio RCC, em Santana do Livramento. Entre as bandas favoritas do delegado da PF estão Led Zeppelin, The Doors e Pink Floyd.

constante entre instituições da segurança pública.

JC - Como está o efetivo da Polícia Federal? Existe a previsão de contratação de novos servidores e de abertura de concurso público?

Lopes - A Polícia Federal no Rio Grande do Sul realizou concurso para a entrada de dois mil novos policiais que deverão assumir em 2026. Uma parte dos policiais estão sendo formados na Academia Nacional de Polícia.

JC - Para quando está prevista incorporação?

Lopes - Em maio, a superintendência regional começa a receber os novos policiais federais. Tem ainda a previsão da realização de outros cursos de formação ao longo deste ano. Em 2027, teremos o incremento de mais policiais. Por enquanto, não há previsão de abertura de

concurso público.

JC - Com o efetivo que o senhor estará recebendo a partir de maio dá para manter as ações da Polícia Federal?

Lopes - Sim. Com o efetivo que temos dá para trabalhar e a gente vem trabalhando. Mas, obviamente que a Polícia Federal tendo o incremento de recursos humanos, a gente vai conseguir ainda ampliar ainda mais o nosso trabalho, por exemplo, de combate a grupos criminosos e à corrupção. Então, é natural que a instituição vai trabalhar sempre dentro da capacidade. Uma vez que a gente amplia o quadro de servidores a gente também amplia a atuação policial. Por exemplo, o contrabando vamos continuar atuando até porque o Estado tem uma extensa fronteira. Sempre falta pessoal para atuar na fiscalização, mas temos boas perspectivas para

2026. Vamos receber servidores ao longo do ano.

JC - Como está a integração com outros órgãos da segurança pública no Rio Grande do Sul?

Lopes - A cooperação é fundamental, tanto na esfera estadual quanto federal. O nosso trabalho e a parceria tem um objetivo: diminuir a criminalidade. Temos relação com a Receita Federal, com a Controladoria-Geral da União (CGU), Polícia Civil e Brigada Militar. Temos as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado. Vamos fortalecer o combate à corrupção. A nossa ideia é aumentar a área contra crimes ambientais no Estado. Darei o melhor na gestão da Polícia Federal com objetivo de lutar para fortalecer a segurança pública, em parceria com demais instituições policiais. Esse é o meu compromisso e

minha missão no comando da Polícia Federal. A descapitalização dos criminosos será o norte dos trabalhos. Além disso, também atuaremos fortemente no combate à corrupção. Exercerei minha função com muita transparência, equidade e isenção", afirmou o superintendente regional da PF.

JC - O senhor defende penas severas aos praticantes de crime organizado?

Lopes - Não é que eu não defenda penas severas ao crime organizado. A questão é algo complexo que envolve diversos instrumentos e, acima de tudo a gente precisa algo que dê efetividade ao cumprimento da pena. Então, se a solução fosse aumentar a pena, aumentava a pena e estava resolvido o problema do crime organizado. Mas está longe de ser a solução dos problemas da segurança pública. São problemas bastante complexos que iniciam na própria segurança pública ostensiva, passam também pela identificação desses crimes e pelo tratamento no sistema judiciário. É importante que a pena seja efetiva e depois uma coisa importantíssima é o cumprimento da pena no sistema penitenciário. Temos toda essa cadeia e aumentar a pena é algo simplista para combater o crime organizado. Precisamos muito mais que isso. A primeira coisa é efetividade. O sistema precisa ter condenações efetivamente executadas como se espera. Se a prisão fosse solução, teríamos diversas facções asfixiadas porque os líderes estão nos presídios. Porém, isso não está resolvendo porque o líder da facção está no sistema carcerário e a facção criminosa continua atuante.

JC - Que trabalho o senhor desempenhava na Polícia Federal em Brasília?

Lopes - Minhas funções em Brasília eram relacionadas à descapitalização e à recuperação de ativos. Hoje, nós estamos muito atentos à descapitalização das organizações criminosas no Brasil. Mas não é só isso, esses ativos devem voltar para o estado, devem retornar aos cofres públicos. Nesse período em Brasília, trabalhamos na recuperação de ativos e adotamos metodologias internacionais adotadas pelo Grupo de Ação Financeira (Gafi). Hoje, a Polícia Federal é

referência mundial entre as polícias que trabalham na descapitalização e recuperação de ativos das facções criminosas. A nossa proposta é também implementar essa metodologia no Rio Grande do Sul. Vamos trabalhar e dar muita atenção a essa questão da descapitalização e recuperação dos ativos.

JC - O senhor pretende estabelecer alguma parceria tanto com a Polícia Civil quanto com a Brigada Militar?

Lopes - A Polícia Federal possui uma parceria com a Polícia Civil, com a Brigada Militar e com a Secretaria Estadual da Segurança Pública. É uma parceria bastante sólida, mas sempre há espaços para melhorar e para avançar ainda mais nessa parceria. O trabalho que vem sendo feito no Estado com o RS Seguro é referência para todo o País. O Rio Grande do Sul é sempre apontado como um case de sucesso no trabalho que vem sendo desenvolvido no RS Seguro. O importante é que haja uma integração de todos os órgãos da segurança pública. O combate ao crime é uma coisa que não se faz sozinho. Cada instituição e cada órgão do Estado tem a sua parcela de responsabilidade.

JC - Como é o trabalho de atuação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco)?

Lopes - O Rio Grande do Sul faz parte da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco), coordenada pela Polícia Federal. A Ficco faz parte do Plano de Enfrentamento à Criminalidade Violenta do Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem como objetivo desarticular as organizações e associações criminosas, além de trabalhar na repressão à criminalidade violenta. Com a atuação conjunta na esfera federal e estadual, a força-tarefa também atua no combate às facções criminosas, tráfico de drogas e armas. Além dos delitos de furto, roubo e receptação de cargas e valores, lavagem e ocultação de bens e demais crimes conexos.

JC - Como ela está organizada no Rio Grande do Sul?

Lopes - No Estado, a Ficco tem a presença de agentes da Polícia Federal, Brigada Militar, Polícia Civil, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e sistema penitenciário.